

Noel Neder Borba Bispo

Dos Milagres: sobre a Seção X da (IEH). Um contraponto à luz do tomismo.

RESUMO: Como o título prenuncia tencionaremos percorrer, de forma epidérmica, as considerações de Hume acerca dos milagres fazendo o respectivo contraponto com a doutrina tomista. Por óbvio que não desejamos conciliar os inconciliáveis, mas, tão somente, ponderar sobre opiniões distintas sobre um mesmo assunto. Ou ainda, lançar alguns questionamentos sobre as incompatibilidades de pensamento.

PALAVRAS CHAVE: Tomás de Aquino; Hume; Milagres.

On Miracles: Section X of the (IEH). A counterpoint in the light of Thomism. Brief considerations.

ABSTRACT: As the title foreshadows, we intend to cover, in an epidermal way, Hume's considerations about miracles, making the respective counterpoint with the Thomist doctrine. It is obvious that we do not wish to reconcile the irreconcilable, but only to ponder on different opinions on the same subject. Or even, to raise some questions about the incompatibilities of thought.

PALAVRAS CHAVE: Tomás Aquinas; Hume; Miracles.

Artículo [PT] | ISSN: 2386-3994 | Recibido: 28-febrero-2021 | Aceptado: 30-marzo-2021.

Introdução

Descartes é o pai da Filosofia Moderna e na sucessão histórica dos acontecimentos deixou uma verdadeira herança intelectual que fora distribuída por toda a Europa. Pode-se dizer que pela primeira vez surge a figura do “intelectual”. O homem não está mais disposto a aceitar os ensinamentos tradicionais. Entendendo-se esta última palavra em sua acepção mais exata, no seu étimo latino: *tradere*, ou seja, “entrega”; donde deriva outras palavras tão comuns, tais como: tradição, tráfego e, não menos importante, transitividade. Não há mais uma necessidade de entrega direta ou indireta a alguém; o homem

► Noel Neder Borba Bispo, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual de Maringá - PR, Brasil: (✉) noelneder@gmail.com

passa a ser o centro gerador de todas as possibilidades pensáveis sem auxílio de ninguém. Hume diz que, esse conceito, tão evidente no trato humano, não passa de “superstição”, “juízos abstrusos”, precisamente: “Agrada-me pensar ter descoberto um argumento de tipo semelhante que, se for correto, atuará, junto aos sábios e instruídos, como um freio permanente a todo tipo de ilusão supersticiosa e, por conseguinte, terá utilidade enquanto perdurar o mundo” (Hume 2004, p.154).

Até mesmo Deus é dispensável para explicar o mundo, na Filosofia Moderna, embora “passe a existir” um gênio maligno cartesiano. Ora, sabemos que nas tradições religiosas judaico-cristãs (e mesmo no Islamismo) Deus poucas vezes fala ao homem, mas nos séculos derradeiros do medievo havia a figura dos sacerdotes, padres; os curas de almas que reverberavam, apenas, os ensinados da Igreja. Transmitiam o que recebiam. O “eu” não estava em evidência e mesmo nos famosos Solilóquios agostinianos havia a voz divina. Descartes irá romper, de vez, com a Tradição. Apesar de que, o próprio “eu”, tão necessário as meditações cartesianas, será atacado por Hume.

O *eu* é também um feixe ou *coleção* de percepções ou conteúdos de consciência que se sucedem continuamente. O *eu*, portanto, não tem realidade substancial; é resultado da imaginação. Mas Hume esquece que sou *eu* que deparo com elas e, portanto, sou distinto delas. Quem une esta *coleção* de estados de consciência e faz com que constituam uma alma? Ao fazer sua crítica sensualista, Hume nem sequer roça o problema do *eu*; afora o problema de sua índole, substancial ou não, o *eu* é algo radicalmente distinto de suas representações. (Marias 2004, p.282).

É preciso dizer que apesar desse conflito quanto ao *ego*, Descartes e Hume possuíram similitudes. Hume foi um intelectual, um homem que pensou o mundo por si e não por outros. Será um iluminista e pelas lufadas históricas do seu tempo, pode-se dizer, um dos pais da Revolução Francesa que despontaria pouco tempo depois de sua morte.

Não queremos adentrar em qualquer psicologismo ou algo do tipo, mas a tridimensionalidade de texto, contexto e autor são importantes para uma melhor visão dos seus escritos. Cremos que esse “tripé” serve de baliza para uma hermenêutica elementar.

Hume e os milagres

A seção X do Investigação sobre Entendimento Humano pode ser dividida em duas partes que se postas de maneira muito rasteira se dividem em definir o milagre como um relato testemunhal que viola as leis da natureza e por último passa a enumerar as razões históricas, psicológicas e sociológicas (segundo a sua concepção, claro) da ocorrência desses milagres. E ele assim começa:

Há, nos escritos do Dr. Tillotson, um argumento contra a presença real que   tão conciso, elegante e poderoso quanto qualquer argumento que se possa conceber contra uma doutrina tão pouco merecedora de séria refutação. É reconhecido por todos, diz o erudito prelado, que a autoridade, quer das escrituras, quer da tradição, funda-se no relatório dos apóstolos, que foram testemunhas oculares dos milagres de nosso Salvador pelos quis ele provou sua missão divina. (Hume 2004, p.153).

Sabemos que o anacronismo é um expediente desleal em qualquer análise, mas é sempre bom lembrar, ou mesmo refletir, que a liberdade opinativa de Hume poderia ser censurada em nossos tempos. Talvez um ataque tão frontal a uma religião resultasse em uma reação muito indigesta como foram os atentados ao Charlie Hebdo. Mas porque falamos em “ataque frontal   uma religião?”

Hume questiona um dos mais caros dogmas católicos: a Presença Real. Que, de forma muito simplificada, afirma a verdadeira(real) presença de Jesus Cristo, segunda Pessoa da Trindade, em corpo, alma e divindade que está em toda e qualquer parte da hóstia, que após as palavras da consagração torna-se corpo e o vinho torna-se sangue de Cristo(transubstanciação). Mesmo sabendo que nominalmente o Brasil é um país de maioria católica não é de se estranhar que pouquíssimos católicos tenham conhecimento desse dogma. Aliás, a própria Igreja não exige de seus fiéis o conhecimento da totalidade dos dogmas pela própria natureza teológica dos conceitos, que, vistos de outra forma, mais confundem do que explicam o que de *per si* não atrapalha ao entendimento dado pela F ¹.

Apesar do declínio católico, nos tempos de Hume, que quase chegou   extinção na França nos idos da Revolução Francesa, esses conceitos eram bem difundidos e tidos como básicos para um “bom católico”. E essa crença leva à aceitação de que em todas as missas rezadas há verdadeiramente um milagre; que após as palavras da consagração o corpo e sangue de Cristo se fazem presentes.

¹ Entendendo-se F  como uma virtude sobrenatural infundida por Deus nas almas. Ou para maior aprofundamento: De Veritate, q.14, a.3, sol 9.

Pode ser que não tenhamos uma exata noção de toda a simbologia, Filosofia, Teologia e mesmo de aspectos sociológicos enrustados neste dogma.

No Direito Romano era prática comum encerrar grandes e complexas doutrinas formuladas pelos juristas em máximas simples, aforismos de fácil assimilação como por exemplo: *summum ius summa iniuria; dura lex sed lex* etc. A Igreja é: Católica, Apostólica e Romana, mas não apenas por um acaso topográfico.

A Verdade Real, como dito supra, influência desde a arquitetura de uma simples capela até o mais denso tratado teológico sobre a morte. É o próprio Cristo. Essa doutrina católica irá se desenvolver no decorrer dos séculos para ter seu ponto alto no medievo. E, ainda que tenhamos pesquisadores que afirmem:

Hoje, embora ainda se aceite a definição da Idade Média como “Idade do Meio” e, portanto, de transição entre o mundo antigo e o moderno, não se tem mais disposição para aceitar o corolário depreciativo que pretende apresentá-la como um período de regressão da civilidade, da arte e do pensamento da história europeia. A maior parte dos estudiosos, ao contrário, considera hoje a Idade Média como a base do nascimento da Europa moderna, uma Europa de povos autônomos e politicamente definidos, mas, ao mesmo tempo, bastante conscientes de pertencerem a uma entidade político-cultural, religiosa e social mais ampla, que tinha como denominador comum o mesmo sistema de valores e os mesmos fundamentos religiosos. (Percivaldi, 2008, p.2)

David Hume não irá pensar duas vezes antes de querer solapar bases fundantes da civilização ocidental, onde ele mesmo estava inserido, de quase dois mil anos (à sua época) com essa passagem: “uma doutrina tão pouco merecedora de séria refutação” (Hume 2004, p.153).

No pensamento tomasiano, ratificado pela Igreja Católica, compreende-se que na transubstanciação há uma modificação de essência(substância) e permanência de acidentes. De tal forma que o pão ázimo (hóstia) permanece com os acidentes, parâmetros físicos, de pão (gosto, cheiro, sabor, textura) com a modificação de sua substância(essência). Sabemos que isso é algo que transcende o entendimento humano demasiadamente humano de Hume.

Considerando que seria um contrassenso supor uma ciência que prescindia da experiência, Hume estabelece a base de toda sua teoria em um critério que irá nortear toda sua análise: o que for afirmado que existe ou que é cognoscível e que não for experienciado ou é uma quimera ou uma ilusão ou ainda uma operação da imaginação. Esta fundamentação pode ser descrita como uma fundamentação

naturalista, pois toda a construção do conhecimento pode ser remontada a partir de critérios naturais da experiência comum, mesmo as faculdades da mente, tais como imaginação, memória e outras operações mentais. Nesse sentido, Hume pretende apontar os limites do conhecimento humano para evitar que a investigação humana extrapole a empiria. (Lopes 2011, p. 66)

Aqui vemos uma clara dicotomia. Hume nega um possível aspecto do transcendente limitando, em certo sentido, o conhecimento humano se comparado a gnosiologia racional – e também empírica - do Aquinate.

Na concepção tomasiana a inteligência² – *intus legere* -, ler de dentro ou por dentro, consiste na adequação do objeto (real/ *res* = coisa) a própria inteligência (*veritas est adaequatio intellectus et rei*³). Essa inteligência deve guiar e orientar à vontade, a imaginação e mesmo a sensibilidade. Dito de outra maneira, a percepção de algo por meio dos sentidos (tato, olfato, visão, paladar) deve ser ordenada pela inteligência.

Cada sentido apreende uma qualidade particular do real (odor, som, cor etc) e ao receber uma similitude sensível⁴ cada sentido atinge imediatamente seu objeto(cognoscível) sendo a “imagem”, ou, “codificação de informações” fiéis ao objeto(coisa) apreendido. Todavia, os sentidos não percebem essa semelhança com o real. Não havendo, propriamente, verdade lógica nos sentidos⁵. O conhecimento sensível, por mais exato que seja, possui limitações pois ele entrega, tão somente, as características físicas do real. E o homem, por natureza, não se contenta, em sua existência, apenas com conhecimentos epidérmicos. Ele deseja conhecer(ler) mais profundamente as coisas e descobrir o que elas são em si mesmas. Almeja a quididade. Há, em cada homem, um apetite natural da

² “O nome ‘intelecto’ é atribuído por conhecer o íntimo das coisas: pois entender é como que um ler dentro (*intus legere*). Ora, o sentido e a imaginação conhecem somente os acidentes exteriores; só o intelecto alcança o interior e a essência da coisa. (De Veritate, art.12)

³ De Veritate. Art1

⁴ O nosso conhecimento natural tem o seu princípio nos sentidos. Por onde, podemos entender até onde pudermos chegar mediante os sensíveis. (ST I, art.12)

⁵ “Por onde, relativamente aos sensíveis próprios, os sentidos não tem conhecimento falso, senão por acidente e em casos excepcionais. P. ex. , por não ter sido, em virtude de uma indisposição do órgão, convenientemente recebida a forma sensível; assim como outros seres passivos, por causa da indisposição, recebem deficientemente a impressão dos agentes. Donde vem que, pela corrupção da língua enferma, as coisas doces aparecem amargas. (ST I , q.17, art.2)

inteligência, como um instinto, que o compele a buscar, além do sensível, a própria natureza das coisas. Ela (a inteligência) “advinha” que essas qualidades sensíveis não lhe informam a realidade em toda a sua plenitude. É a própria essência da coisa, o que ela é, que a inteligência quer alcançar.

Em breves palavras, o conhecimento é um ato pelo qual a inteligência toma o objeto que conhece, por meio dos sentidos, tornando-o presente nela de certa maneira. Essa presença não poderia ser física, tendo em vista que a inteligência que recebe é, ela própria, espiritual⁶. Sobre esse aspecto podemos tecer, a luz do tomismo, algumas objeções suscitadas por Descartes. Em especial a máxima de que os sentidos enganam ou a percepção de algo em estado de vigília ou de sono.

Em relação a esta última há uma nítida comparação de duas coisas incomparáveis. O julgamento de quem está acordado forma-se graças à atividade conjugada de dois princípios de conhecimento: sensação e inteligência. No caso do sonho, falta o primeiro real que percebe a existência real do seu objeto, mas somente um jogo de imaginação. Um (julgamento do estado de vigília) é um julgamento autêntico e pode pretender a verdade. O outro (no sonho) permanece no imaginário, e é fonte de ilusão.

Acontece que aquele que diz sonhar estando acordado, ou que diz ser ilusória uma sensação verdadeira, ou possui sentidos defeituosos, ou se recusa a render-se ao seu veredito. Não é porque certas pessoas veem vermelho o que é verde que ninguém pode estar seguro de que aquilo que vê é vermelho ou verde. O fato de haver cardíacos não obriga a concluir que não se possa discernir um coração são de um doente. No caso em questão, um homem normal tem um meio infalível para saber se está no real: são os seus sentidos.

O conhecimento sensível é ligado a uma realidade material, ele é particular, e pode traduzir-se por uma imagem. O conhecimento intelectual, ao contrário, é imaterial, universal, e pode portar realidades que ultrapassem qualquer imagem (O dever, a verdade, Deus...). Elas são irreduzíveis. Todavia, em Hume essa noção de verdade será eclipsada por seu ceticismo.

O empirismo de Hume, que chega a suas últimas consequências, se transforma em ceticismo. O conhecimento não pode atingir a verdade metafísica.

⁶ Havendo a submissão da inteligência à Fé haverá o conhecimento de uma verdade revelada, ou seja, dada pelo fim último de todas as coisas: Deus. Como ocorre na transubstanciação.

Não se podem demonstrar nem refutar as convicções íntimas e imediatas que movem o homem. A razão disso – como já apontava de certa forma o nominalismo – é que o conhecimento não é entendido aqui como conhecimento de coisas. A realidade se transforma, em última instância, em percepção, em experiência, em ideia. A contemplação dessas coisas ideias, que não chegam a ser coisas, que não são mais que impressões subjetivas, ceticismo. (Marias 2004, p.282-83)

Outro ponto relevante é o conceito de milagre dado por Hume:

Um milagre é uma violação das leis da natureza, e como essas leis foram estabelecidas por uma experiência firme e inalterável, a prova contra um milagre, pela própria característica de fato, é tão cabal quanto qualquer argumento imaginável derivado da experiência. [...] Nada que ocorra alguma vez no curso comum da natureza é considerado um milagre. (Hume 2004, p.160).

Etimologicamente a palavra Milagre provém do vocábulo latino *miraculum* que pode ser traduzido por “maravilhoso”, que segundo Santo Tomás de Aquino consiste em uma força *Arduum et insolitum supra facultatem naturae et spem admirantis proveniens*⁷ (Difícil e insólito, que ultrapassa os poderes da natureza e a esperança de quem o admira). Antes de adentrarmos no conceito propriamente dito poderíamos, de antemão, suscitar alguns milagres, eventos miraculosos, não explicados pelos mais diversos ramos da Ciências que ultrapassam as controvérsias entre Ciência e Religião, tais como: A imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, a visão da jovem Gemma de Giorgi que não possuía pupilas e enxergava ou a ainda o Milagre do Sol ocorrido em Portugal. Esses eventos derrubariam as afirmações de Hume de maneira empírica, mas documentá-los no presente trabalho ultrapassaria as pretensões de brevidade.

Dito isto e passando aos ensinamentos do Aquinate verificamos que o milagre não se trata de *violação contra naturam* nenhuma lei da natureza, mas tão somente, a supera. Se um homem decidir erguer uma grande pedra que “letárgicamente” repousa no solo sob os efeitos da gravidade (lei natural),

⁷ ST I, q. 105, a. 7, obj. 2

impressa por Deus nas coisas, haveria a quebra de uma lei da natureza⁸? Se tomarmos a casualidade de Hume, realmente, não chegaremos a uma solução uma vez que

“Hume pretende que nosso conhecimento das relações de causa e efeito deve se derivar exclusivamente da experiência, mas ele nota que, com isso, não estamos justificados racionalmente em projetar para o futuro as regularidades do passado (porque não temos uma prova do princípio de uniformidade), e não podemos, portanto, pensar a relação de causa e efeito como envolvendo uma conexão necessária entre os dois termos”. (Juges 2011; Wolfart 2011)

Algo que aparentemente pode parecer complexo, resolve-se com o estabelecimento da ordem, de uma finalidade última e de uma espécie de “nexo causal”

De qualquer causa, pelo fato de ser razão de princípio, deriva certa ordem em seus efeitos. Por isso, na medida em que se multiplicam as causas, multiplicam-se também as ordens. Assim como uma ordem se encontra contida sob outra, assim também uma causa está contida sob outra. Por isso a causa superior não pode estar contida sob a ordem da causa inferior, mas ao contrário. Um exemplo disto se vê nas coisas humanas: a ordem da casa depende do pai e da família, mas está contida sob a ordem da cidade, que depende do dirigente da cidade, e esta está contida sob a ordem do rei, que organiza todo o reino. (ST, I, q. 105, a. 6,rep)

Sendo Deus a causa das causas não poderia contrariar-se.

Conclusão

Discutimos alguns pontos polêmicos da seção X do IEH sem nenhuma grande pretensão, mas apenas para mostrar os aspectos contrastantes de pensadores distintos, de épocas distintas, mas que se envolvem na emaranhada trama filosófica na qual estamos inseridos. São aspectos contraditórios do mesmo tema, que envolvem conclusões conflitantes, mas nem por isso menos prazerosas de expô-las com os entendimentos que temos disponíveis hoje. Não buscamos fazer análises conclusivas, embora incisivas, que também podem contribuir, em nosso sentir, no enriquecimento do debate e na lembrança dos “pensadores mais velhos”.

⁸ ST I, q.105, a. 6, sol. 1

Conflicto de intereses: El autor declara que no tiene ningún posible conflicto de intereses. **Aprobación del comité de ética y consentimiento informado:** No es aplicable a este estudio. **Contribución de cada autor:** Noel Neder Borba Bispo desarrolló las ideas y escribió el artículo. Ha leído y aprobado el manuscrito final. **Contacto:** Para consultas sobre este artículo debe dirigirse a: (✉) noelneder@gmail.com

Referências

- Aquino, Santo Tomás de. (2001). *Suma Teológica. Volume I*. Trad. Aimom- Marie Roguet et al. São Paulo: Loyola.
- Aquino. (1999). *Verdade e conhecimento*; tradução, estudos introdutórios e notas de Luiz Jean Lauand e Mario Bruno Sproviero.- São Paulo : Martins Fontes.
- Gilson, Étienne. (2001). *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hume, David. (2004). *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Junges, Márcia e Wolfart, Graziela. (2019). A Teoria da Causalidade em David Hume. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Edição 368 / 15 agosto 2015. Disponível em < <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3994-jose-oscar-de-almeida-marques> > Acessado em 24 de novembro de 2019.
- Lopes, Luis Felipe. (2019). Alguns Problemas Da Crítica Humeana À Existência Dos Milagres E Ao Uso Do Testemunho. *INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade / Uberlândia / v. 6 n. 10 / p. 63-82 / jul./dez. 2011*. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6201> > Acessado em 24 de novembro de 2019.
- Percivaldi, Elena. (2018). *A Vida Secreta da Idade Média*. Trad. João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ. Vozes.
- Torrel, Jean-Pierre. (2004). *Iniciação a Santo Tomás de Aquino sua pessoa e obra*. São Paulo: Edições Loyola.

Información sobre el autor

► **Noel Neder Borba Bispo** é advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Tutor EAD SR do Centro de Ensino Superior de Maringá, Pós- graduado em Prática Previdenciária, pós -graduando em Ciência Política; Estudos Bíblicos do Antigo Testamento (UNICESUMAR) e mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá(UEM). Realiza estudos sobre a Justiça e sobre diferentes aspectos do tomismo aplicados ao cotidiano. Contato: Noel Neder / Caixa Postal: 99/ CEP: 87013-220, Maringá-PR/ Brasil. – noelneder@gmail.com.

Como citar este artículo

Bispo, Noel Neder Borba. (2022). «*Dos Milagres: sobre a Seção X da (IEH). Um contraponto à luz do tomismo.*». *Analysis* 28: pp. 145–154.